

Universidade Gama Filho

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil

MÔNICA DE PAULA OLIVEIRA DA SILVA

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL

BRASÍLIA, 2009.

MÔNICA DE PAULA OLIVEIRA DA SILVA

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL

Trabalho apresentado à Universidade Gama Filho como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil

Orientador: Prof. Manoel Jovita

Brasília - DF
2009

MÔNICA DE PAULA OLIVEIRA DA SILVA

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL

Trabalho apresentado à Universidade
Gama Filho como pré-requisito para
obtenção de Certificado de Conclusão de
Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em
Direito Processual Civil

Orientador: Prof. Manoel Jovita

Aprovada pelos membros da banca examinadora em ____/____/____,
com menção ____ (_____).

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Prof.

RESUMO

O recurso extraordinário é o meio processual para contestar perante o Supremo Tribunal Federal uma decisão judicial proferida por um Tribunal de Justiça, sob a alegação de contrariedade à Constituição ou de invalidade da lei local em face de lei federal. Neste trabalho discutiremos os aspectos mais relevantes sobre esse recurso, tendo sua delimitação definida no instituto da Repercussão Geral que é regulamentado pela Lei n. 11.418, de 2006, na Constituição Federal de 1988, art. 102, § 3º, acrescido pela Emenda Constitucional 45/2004; Código de Processo Civil, art. 543-A e art. 543-B, acrescidos pela Lei nº 11.418/2006; além do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF) no art. 322-A e art. 328, com a redação da Emenda Regimental nº 21/2007. O objetivo deste trabalho é estudar sobre a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, que introduziu elementos referentes ao Instituto da Repercussão Geral à Constituição de 1988. A partir dessa regulamentação, o Supremo Tribunal Federal passou a examinar a existência de repercussão geral na questão a ser discutida em sede do recurso extraordinário como requisito de admissibilidade para o julgamento do mérito recursal. Neste trabalho, examinaremos os aspectos históricos do recurso extraordinário, seu surgimento bem assim o da repercussão geral. Conceituaremos o instituto da repercussão geral e estudaremos as principais regras processuais e os requisitos de admissibilidade ou conhecimento da repercussão geral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1. O RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.1. Definição de recurso extraordinário	08
1.2. Os aspectos históricos do recurso extraordinário	08
1.3. Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	11
1.4. Admissibilidade do recurso extraordinário	11

CAPÍTULO II

1. O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL

1.1. Conceito de Repercussão Geral	14
1.2. Origem do instituto da repercussão geral	15
1.3. Repercussão Geral – previsão legal e constitucional	16
1.4. Os vários aspectos da repercussão geral (relevância social, política e jurídica)	21
1.5. Da manifestação de Terceiros (<i>amicus curiae</i>)	22
1.6. Regra da Transcendência	25

2. O EXAME DA REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2.1. Do reconhecimento da existência de repercussão geral – tipos, procedimentos	27
2.2. Do plenário virtual.....	28
2.3. <i>Quorum</i> para o reconhecimento da existência da repercussão geral.....	29
2.4. Da rejeição da repercussão geral.....	30
2.5. <i>Quorum</i> para a rejeição da repercussão geral.....	31
2.6. Irrecorribilidade da decisão de rejeição da repercussão geral	32

3. COMPARATIVOS DA REPERCUSSÃO GERAL

3.1. Repercussão Geral e arguição de relevância – diferenças	33
3.2. Repercussão Geral e <i>petition for writ of certiorari</i> – semelhanças	35

4. ASPECTOS PROCESSUAIS DA REPERCUSSÃO GERAL

4.1. Termo inicial da exigência da repercussão geral no recurso extraordinário (Q.O no AI 664567-2/RS do STF)	37
4.2. Sobrestamento dos recursos extraordinários nos tribunais de origem.....	37
4.3. Admissibilidade pelo tribunal <i>a quo</i>	38
4.4. Admissibilidade da repercussão geral perante o STF	41
4.5. Aplicação da repercussão geral prevista no Código de Processo Civil aos recursos extraordinários em geral	42
4.6. Admissibilidade dos recursos extraordinários anteriores a 03 de maio de 2007	44

CONCLUSÃO	45
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
--	-----------

INTRODUÇÃO

O instituto da Repercussão Geral foi concebido com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que introduziu o parágrafo terceiro ao artigo 102 da Constituição da República Federativa do Brasil. A partir de então, o Supremo Tribunal Federal passou a analisar, de forma exclusiva, a existência de Repercussão Geral na questão discutida em sede de Recurso Extraordinário, como requisito de admissibilidade para o julgamento do mérito recursal, verificando a relevância e a transcendência do tema casuisticamente.

Recentemente, foi editada a Lei nº 11.418, de 2006, acrescentando os artigos nº 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, a fim de regulamentar a matéria. Ademais, o Supremo Tribunal Federal incluiu novos dispositivos em seu Regimento Interno, através da Emenda Regimental nº 21/2007, complementando as normas procedimentais sobre o tema.

A introdução da Repercussão Geral se coaduna com os princípios constitucionais de acesso à justiça (CF, art. 5º, XXXV) e razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII), eis que sua aplicação atua como filtro redutor do volume de Recursos Extraordinários a serem analisados pela Suprema Corte, na tentativa de resgatar a efetividade da função precípua da Corte Maior do país: a guarda da Constituição.

O presente estudo propõe-se a analisar a regulamentação do instituto da repercussão geral das questões constitucionais nos recursos extraordinários, com base no exame do arcabouço legislativo e normativo vigentes. Apresenta dois capítulos assim distribuídos:

O primeiro capítulo traz o conceito de recurso extraordinário, seus aspectos históricos, hipóteses de cabimento, bem como os respectivos requisitos de admissibilidade.

O segundo capítulo aborda a conjuntura da introdução da repercussão geral no ordenamento jurídico, a finalidade do instituto, sua relevância, os

procedimentos para seu reconhecimento ou rejeição, a comparação com a antiga arguição de relevância das questões federais e as principais características do *writ of certiorari* norte-americano.

Ainda no segundo capítulo, veremos vários aspectos processuais da repercussão geral, quais sejam, a decisão sobre o termo inicial da exigência do aludido instituto, o sobrestamento dos recursos extraordinários, as limitações sofridas no juízo de admissibilidade realizado pelos tribunais de origem, e a competência para o reconhecimento da repercussão geral.

CAPÍTULO I

1. O Recurso Extraordinário

1.1. Definição de recurso extraordinário

O recurso extraordinário é um mecanismo processual que viabiliza a análise, pelo Supremo Tribunal Federal, de questões constitucionais do caso concreto. Serve para contestar perante a Suprema Corte as decisões de única ou última instância, sob a alegação de invalidade da lei local em face de lei federal, de invalidade de lei ou ato de governo local em face da Constituição, bem como sob a alegação de que houve contrariedade à Constituição Federal, ou houve a declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

O recurso extraordinário é recebido unicamente no efeito devolutivo, propiciando, deste modo, que o recorrido, requerendo a carta de sentença, possa executar o acórdão.

1.2. Os aspectos históricos do recurso extraordinário

O Supremo Tribunal Federal foi instituído pelo Decreto nº 510, de 22 de junho, composto por 15 Ministros. O Decreto-Lei nº 848, de 11 de outubro, lançou as bases da organização judiciária da União, estabelecendo a dupla jurisdição.

A mais alta Corte de justiça brasileira tinha como um dos seus pilares a análise de decisões de última instância dos tribunais estaduais por intermédio de recurso.

Originado do direito norte-americano – *Judiciary Act* de 1789 - o recurso extraordinário foi cópia do *writ of error*, onde o recorrente ao interpor alegava *error in procedendo* ou *error in iudicando* para a anulação do julgado pela Suprema Corte americana.

Em 24 de fevereiro de 1891, com a promulgação da primeira Constituição da República, o Supremo Tribunal Federal teve sua criação efetivada e estabelecidas suas competências e composição.

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu art. 102 adjetivou o então recurso inominado (dado pela Constituição de 1.891) em recurso extraordinário. Por fim, o art. 24 da Lei n.º 221/1894 trouxe para a legislação da época a mesma denominação: recurso extraordinário.

O Supremo Tribunal Federal era composto por quinze juízes e tinha como atribuição o controle jurisdicional difuso de constitucionalidade das leis e atos normativos, além da competência para dirimir, em grau final, mediante o recurso extraordinário, as causas em que se discutia a afronta à Constituição Federal e, também, a negativa ou divergência na interpretação de lei federal. Além dessas, foi prevista a competência originária para determinadas causas de relevo e para o julgamento de certas autoridades acusadas de crimes comuns ou de responsabilidade, além de conflitos de competência em razão de ser um Tribunal de sobreposição.

A competência do Supremo, a partir da Carta Política de 1891, sofreu várias alterações, sendo gradualmente ampliada seja pelo legislador constituinte originário seja pelo derivado.

A primeira alteração ocorreu em 1926, por meio da Emenda Constitucional n.º 16, que atribuiu à Corte a competência para uniformizar a interpretação da Constituição e das leis federais mediante a interposição do recurso extraordinário.

A Constituição Federal de 1934 manteve a competência originária do Tribunal conforme definida na Carta de 1891. No entanto, ampliou e adaptou a competência às instituições existentes naquela época, tal como o acionamento do procurador-geral da República e a previsão do Distrito Federal e dos Territórios como entes de direito público interno. Atribuiu-lhe, ainda, a competência para julgar, por meio do recurso extraordinário, as causas decididas pelas Justças locais em única ou última instância. Essa Constituição deu nova denominação ao Supremo, que passou a se chamar Corte Suprema.

A Constituição de 1946, com o objetivo de reduzir o volume de atribuições submetidas ao Supremo, criou o Tribunal Federal de Recursos (TFR), atribuindo-lhe competência para processar e julgar os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado e, em grau de recurso, as causas de interesse da União e das entidades da administração direta e indireta federal, fundações e empresas públicas. Posteriormente, outras competências foram acrescidas ao TFR, também originárias do Supremo, como a de processar e julgar os conflitos de jurisdição entre juízes subordinados a Tribunais diversos.

Com a edição da Emenda Constitucional n.º 1 de 1.969, surge no direito brasileiro o primeiro filtro para conter o excesso de processos que chegava ao Supremo Tribunal Federal, denominado de arguição de relevância de questão federal.

A arguição de relevância prevista no art. 119, parágrafo único, da Constituição de 1.969, estabelecia limites às causas sujeitas a recurso extraordinário, tais como a natureza, a espécie e o valor, quando fosse interposto com base nas alíneas “a” e “d” do inciso III do mencionado dispositivo constitucional, quando houvesse contrariedade a dispositivo da Constituição ou negasse vigência a tratado ou a lei federal, ou ambos, ou quando desse à lei federal interpretação divergente de outro tribunal ou do próprio Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, o STF, pelo seu regimental interno, criava e aplicava um mecanismo para obstar a entrada de recurso extraordinário, já que a Emenda Constitucional de 1.969 dava tal autorização.

A composição do Supremo também sofreu algumas alterações ao longo dos anos. Na vigência da Constituição de 1891, o Tribunal contava com quinze integrantes. Esse número foi reduzido para onze em 1931; em 1965 foi alterado para dezesseis, em decorrência do Ato Institucional nº 2. Já em 1967, o número de ministros retornou para onze, composição que se verifica atualmente.

A Carta de 1988 extinguiu o Tribunal Federal de Recursos, criando em seu lugar cinco Tribunais Regionais Federais (TRF) e o Superior Tribunal de Justiça. Os TRFs absorveram a competência do TFR relativa à apelação das decisões da

Justiça Federal. Outras atribuições do TRF foram transferidas para o STJ, como a competência para processar e julgar os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Contas dos Estados, os mandados de segurança contra ato de ministro de Estado e os conflitos entre juízes subordinados a tribunais diversos.

Desta forma, com a nova Carta Política de 1988, surgiu o segundo mecanismo de filtragem do recurso extraordinário, ou seja, o desmembramento do Supremo Tribunal Federal, o qual julgaria exclusivamente recursos em que houvesse violação a dispositivos constitucionais. Quanto à violação à lei federal (matérias legais ou infraconstitucionais) ficou instituído o Superior Tribunal de Justiça, que teria a competência funcional de analisar tal tema.

1.3. Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário

O art. 102, III, da Constituição Federal, elenca as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário:

“Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...) III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;*
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;*
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.*
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal”.*

1.4. Admissibilidade do recurso extraordinário

Além dos pressupostos inerentes a qualquer recurso, o Extraordinário reclama vários outros:

- A existência de uma causa (a palavra causa, deve ser entendida em sentido amplo, abrangendo todo processo em que haja uma prestação jurisdicional);

- Existência de decisão em única ou última instância (para que o recurso extraordinário chegue ao Supremo Tribunal Federal é preciso que todos os meios ordinários tenham sido exauridos);

- O envolvimento da questão constitucional (é necessário que a questão seja constitucional);

- A comprovação de pagamento do preparo, respeitadas as devidas ressalvas, de acordo com a Resolução nº 389 do STF. Um ponto importante neste tópico é o que diz respeito à isenção de pagamento do porte de remessa e retorno para os recursos interpostos nos tribunais sediados em Brasília que não utilizarem o serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), conforme previsto no artigo 4º, inciso I, da aludida Resolução.

- A demonstração de existência de repercussão geral, que analisaremos mais detidamente em outro capítulo.

O prazo para a interposição do recurso extraordinário é de 15 dias (Artigo 26 da Lei n. 8.038, de 1990).

O Recurso Extraordinário deverá ser interposto perante o presidente ou o vice-presidente do Tribunal de cujo acórdão se esta recorrendo (CPC, art. 541, *caput*).

A petição deverá conter a exposição do fato e do direito, demonstração de seu cabimento e as razões do pedido e da reforma da decisão recorrida (CPC, art. 541, I, II, III).

A petição do recurso extraordinário deverá estar devidamente assinada, sob pena de ser considerado ato juridicamente inexistente.

O procurador, subscritor das razões do recurso extraordinário, deverá estar devidamente constituído nos autos.

O Supremo Tribunal Federal também exige o prequestionamento explícito da questão constitucional para que o recurso seja apreciado. Este requisito pressupõe que a questão constitucional tenha sido ventilada e decidida no julgado recorrido, conforme dispõem as Súmulas n. 282 e n. 356 do STF:

Súmula n.º 282 – É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula n.º 356 – O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Por fim, outro requisito de admissibilidade do recurso extraordinário é que sua petição deve ser distinta da petição do recurso especial (CPC, art. 541, *in fine*). Se ambos forem admitidos, os autos serão imediatamente remetidos para o Superior Tribunal de Justiça. Primeiro, em regra, será julgado o recurso especial, para que depois seja julgado o recurso extraordinário, caso não esteja prejudicado (Artigo 27, §§ 3º e 4º da Lei n. 8.038, de 1990).

CAPÍTULO II

1. O INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL

1.1. Conceito de Repercussão Geral

O recurso extraordinário deve possuir importância geral para ser julgado. Uma causa é provida de repercussão geral quando há interesse geral pelo seu desfecho, ou seja, interesse público e não somente dos envolvidos naquele litígio. No momento em que o julgamento daquele recurso deixar de afetar apenas as partes do processo, mas também uma gama de pessoas fora dele, despertando interesse público, tem aquela causa repercussão geral.

O instituto da repercussão geral é um filtro recursal anteriormente utilizado em outras Cortes. Como exemplo, podemos citar a Corte Suprema da Argentina que adota o Requisito da Transcendência, e a Suprema Corte Norte-Americana que adota do *writ of certiorari*.

O instituto - repercussão geral - foi introduzido no direito brasileiro pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, que acrescentou § 3º ao art. 102 da Constituição, no qual prevê:

No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

O § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil, emoldura a concepção que se deve ter de repercussão geral, vale dizer, a existência ou não, no *thema decidendum*, de questões relevantes sob a ótica econômica, política, social ou jurídica, que suplantem o interesse individual dos litigantes.

Nada obsta, à evidência, que o objeto do recurso extraordinário encerre, a um só tempo, relevância política *e* social, ou mesmo, social *e* econômica, mas sempre de índole constitucional.

1.2. Origem do instituto da repercussão geral

As discussões envolvendo a relevância como requisito para o recurso extraordinário tiveram início com a alteração do artigo 119, da Constituição Federal de 1967, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Ulteriormente, a Emenda Constitucional nº 7, de 1977, acrescentou de forma expressa ao artigo 119, § 1º, da Constituição Federal, a expressão “*relevância da questão federal*”. Fazendo com que, em 1985 o Supremo Tribunal Federal alterasse seu Regimento Interno para enumerar no art. 325 as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário e, no item XI, admitir o recurso “*em todos os demais feitos, quando reconhecida a relevância da questão federal*”.

O Regimento Interno da Corte Suprema, em seu art. 327, §1º, aduzia expressamente que a expressão “*relevância da questão federal*” seria compreendida como uma questão federal em que, pelos reflexos na ordem jurídica, e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigir-se-ia a apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal.

Com o advento da Constituição de 1988, o legislador constituinte originário entendeu por bem retirar a exigência da relevância da questão federal como requisito de admissibilidade para a interposição do recurso extraordinário. Porém, a Emenda Constitucional nº 45/2004, que ficou conhecida como “*Reforma do Judiciário*”, reintroduziu, no ordenamento jurídico brasileiro, o instrumento de controle da admissibilidade do Recurso Extraordinário em razão de sua relevância, agora denominado “*repercussão geral das questões constitucionais*”.

1.3. Repercussão Geral – previsão legal e constitucional

A Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, acrescentou o § 3º ao art. 102 da Constituição, no qual prevê:

No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

A regulamentação do dispositivo constitucional foi efetuada pela Lei n.º 11.418, de 19 de dezembro de 2006, acrescentando ao Código de Processo Civil os arts. 543-A e 543-B:

Art. 1º Esta Lei acrescenta os arts. 543-A e 543-B à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de regulamentar o § 3 da Constituição Federal.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 543-A e 543-B:

‘Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

§ 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

§ 4º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 7º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão.

Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

§ 5º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.’

Art. 3º Caberá ao Supremo Tribunal Federal, em seu Regimento Interno, estabelecer as normas necessárias à execução desta Lei.

Art. 4º Aplica-se esta Lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

A lei acima citada também determinou que o Supremo Tribunal Federal estabelecesse as normas necessárias à aplicação do instituto da repercussão geral em seu Regimento Interno. Assim, no dia 30 de março de 2007, a Suprema Corte editou a Emenda Regimental nº 21 do seguinte teor:

Altera a redação dos artigos 13, inciso V, alínea c, 21, parágrafo 1º, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328 e 329, e revoga o disposto no parágrafo 5º do art. 321, todos do Regimento interno.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal faz editar a Emenda Regimental aprovada pelos Senhores Membros da Corte em sessão administrativa realizada no dia de março de 2007, nos termos do art. 361, inciso I, alínea a, do Regimento Interno.

Art. 1º Os dispositivos do Regimento Interno a seguir enumerados passam avigorar com a seguinte redação:

‘Art. 13. São atribuições do Presidente:

V – Despachar:

c) como Relator, nos termos dos arts. 544, § 3º, e 557 do Código de Processo Civil, até eventual distribuição, os agravos de instrumento e petições ineptos ou doutro modo manifestamente inadmissíveis, bem como os recursos que não apresentem preliminar formal e

fundamentada de repercussão geral, ou cuja matéria seja destituída de repercussão geral, conforme jurisprudência do Tribunal

Art. 21. São atribuições do relator:

§ 1º Poderá o Relator negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, deles não conhecer em caso de incompetência manifesta, encaminhando os autos ao órgão que repute competente, bem como cassar ou reformar, liminarmente, acórdão contrário à orientação firmada nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil

Art. 322. O Tribunal recusará recurso extraordinário cuja questão constitucional não oferecer repercussão geral, nos termos deste capítulo.

Parágrafo único. Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes.

Art. 323. Quando não for caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão, o Relator submeterá, por meio eletrônico, aos demais ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral.

§ 1º Tal procedimento não terá lugar, quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante, casos em que se presume a existência de repercussão geral.

§ 2º Mediante decisão irrecorrível, poderá o Relator admitir de ofício ou a requerimento, em prazo que fixar, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, sobre a questão da repercussão geral.

Art. 324. Recebida a manifestação do Relator, os demais ministros encaminhar-lhe-ão, também por meio eletrônico, no prazo comum de 20 (vinte) dias, manifestação sobre a questão da repercussão geral.

Parágrafo único. Decorrido o prazo sem manifestações suficientes para recusa do recurso, reputar-se-á existente a repercussão geral.

Art. 325. O Relator juntará cópia das manifestações aos autos, quando não se tratar de processo informatizado, e, uma vez definida a existência da repercussão geral, julgará o recurso ou pedirá dia para seu julgamento, após vista ao Procurador-Geral, se necessária; negada a existência, formalizará e subscreverá decisão de recusa do recurso.

Parágrafo único. O teor da decisão preliminar sobre a existência da repercussão geral, que deve integrar a decisão monocrática ou o acórdão, constará sempre das publicações dos julgamentos no Diário Oficial, com menção clara à matéria do recurso.

Art. 326. Toda decisão de inexistência de repercussão geral é irrecorrível e, valendo para todos os recursos sobre questão idêntica, deve ser comunicada, pelo Relator, ao Presidente do Tribunal, para os fins do artigo subsequente e do artigo 329.

Art. 327. O Presidente do Tribunal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria carecer de repercussão geral, segundo precedente do Tribunal, salvo se a tese tiver sido revista ou estiver em procedimento de revisão.

§ 1º Igual competência exercerá o relator sorteado, quando o recurso não tiver sido liminarmente recusado pelo Presidente.

§ 2º Da decisão que recusar recurso, nos termos deste artigo, caberá agravo.

Art. 328. Protocolado ou distribuído recurso cuja questão for suscetível de reproduzir-se em múltiplos feitos, o Presidente do Tribunal ou o Relator, de ofício ou a requerimento da parte interessada, comunicará o fato aos tribunais ou turmas de juizado especial, a fim de que observem o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil, podendo pedir-lhes informações, que deverão ser prestadas em 5 (cinco) dias, e sobrestar todas as demais causas com questão idêntica.

Parágrafo único. Quando se verificar subida ou distribuição de múltiplos recursos com fundamento em idêntica controvérsia, o Presidente do Tribunal ou o Relator selecionará um ou mais representativos da questão e determinará a devolução dos demais aos tribunais ou turmas de juizado especial de origem, para aplicação dos parágrafos do art. 543-B do Código de Processo Civil.

Art. 329. O Presidente do Tribunal promoverá ampla e específica divulgação do teor das decisões sobre repercussão geral, bem como formação e atualização de banco eletrônico de dados a respeito.

‘Art. 2º. Fica revogado o disposto no parágrafo 5º do artigo 321.

Art. 3º Esta Emenda Regimental entrará em vigor na data de sua publicação.

1.4. Os vários aspectos da repercussão geral (relevância social, política e jurídica)

Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e a Lei nº 11.418, de 2006, têm por objetivo fazer com que somente seja apreciado o recurso extraordinário que versar a respeito de questão relevante, que transcenda o interesse meramente individual das partes em litígio. No caso da existência de decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do STF, a repercussão geral é presumida.

Há manifestação na doutrina identificando a repercussão geral com a transcendência, no sentido de que “*a repercussão geral traduz a importância metaindividual da matéria*”¹.

Mas há também opinião no sentido de que repercussão geral seria a conjugação de *relevância* e *transcendência*².

¹ MARTINS, Samir José Caetano. “A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006)” in *Revista Dialética de Direito Processual* nº 50, maio de 2007, p. 100.

² MARIONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 33.

Assim, questão deve ser *relevante* sob ponto de vista econômico, político, social ou jurídico (*relevância*), assim como deve ultrapassar os interesses subjetivos da causa (*transcendência*). Embora não esteja expresso, isso parece defluir da definição estabelecida no § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil:

Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa

Somados esses entendimentos, pode-se também entender que questão relevante, sob qualquer dos pontos de vista mencionados, é aquela que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Assim, as noções de “relevância” e de “transcendência” estariam intimamente ligadas, não sendo possível falar em questão relevante que não seja transcendente e vice-versa.

Seja como for, o art. 543-A do Código de Processo Civil não define o que seria questão relevante “do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico” (aludida *relevância*), tampouco quais características são necessárias para configuração de questões “que ultrapassem os interesses subjetivos da causa” (aludida *transcendência*).

Somente a jurisprudência do STF poderá responder a essas questões. Por ora, o que podem fazer os juristas são apenas exercícios de uma suposta lógica jurídica, dizendo qual interpretação julgam “correta”, ao mesmo tempo em que tentam vislumbrar qual será a interpretação que prevalecerá ou mesmo pretensiosamente contribuir para essa interpretação.

1.5. Da manifestação de Terceiros (*amicus curiae*)

O *amicus curiae* pode ser considerado como uma pessoa estranha ao processo a quem se permite manifestação para influenciar na decisão ou para prestar esclarecimentos.

Considerando a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e o impacto das inovações mais importantes, como a inserção no artigo 103-A e a previsão do artigo 102, parágrafo 3º, da Constituição Federal, que recentemente tiveram as leis disciplinadoras sancionadas, que inovaram em muito o nosso sistema legal, com a aprovação das súmulas vinculantes e a figura da repercussão geral como requisito de admissibilidade para a interposição de recurso extraordinário. Assim é importante que se amplie a atuação dos *amici curiae*, tornando a análise desta figura o mais permeável possível, despertando a atenção para a participação da sociedade, fortalecendo assim a democracia, e proporcionando uma prestação jurisdicional mais qualificada.

A Lei nº 11.417, de 2006, regulamentou o que já estava previsto no artigo 103-A da Constituição Federal, inserido pela editada Emenda Constitucional 45, de 2004, instituindo a súmula vinculante, dispondo que:

O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

E disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento dos enunciados das súmulas, em especial prevendo a atuação do *amicus curiae*, dispôs o artigo 3º da Lei 11.417, em seu parágrafo 2º:

No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Da mesma forma a Lei 11.418 de 2006, regulamentou o art. 102, § 3º da Constituição Federal, que trata do recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, e alterou a redação do art. 543 do CPC, para o fim de incluir um novo requisito de admissibilidade para essa impugnação excepcional, qual seja, a repercussão geral. Senão vejamos:

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§ 6º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Não se pretende aqui aprofundar a análise destas inovações em si mesmas, mas sim considerando que os precedentes jurisprudenciais do STF terão, inegavelmente, grande influência sobre o julgamento de outros casos, e que em algumas situações estes juízos terão importantes reflexos econômicos, e/ou políticos, e/ou jurídicos, e/ou sociais, para a sociedade brasileira, somente ampliando-se a discussão a esta sociedade, na figura do *amicus* (que poderá atuar ativamente na formação do convencimento e tomada de decisão da corte), é que legitimaremos estes julgados que servirão como paradigmas para casos futuros.

Quanto maior a participação da sociedade, e a pluralização do debate constitucional, maior serão a estabilidade e a legitimação constitucional das soluções dadas pelo Supremo Tribunal Federal, sendo indubitável que a atuação dos *amici curiae* está intimamente ligada ao princípio da segurança jurídica

A atuação dos *amici curiae* no Brasil tem nos últimos anos aumentado de forma considerável (ainda que sem a amplitude desejada), e com a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, e o caráter vinculante das súmulas do STF, far-se-á necessária a ampliação da participação destes, como forma de ratificação da fonte democrática do instituto.

Essa participação ganha mais relevo ainda quando nos litígios o interesse público com motivação ideológica transcende o interesse jurídico particular, positivando-se, assim, a figura do *amicus curiae* face essas novas relações processuais.

1.6. Regra da Transcendência

Transcendência é a questão que ultrapassa os interesses subjetivos da causa, tal qual dispõe o artigo 543-A, § 1º, do Código de Processo Civil:

Art. 543-A (...)

§ 1º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

O art. 543-A do CPC não define quais características são necessárias para configuração de questões "que ultrapassem os interesses subjetivos da causa" (aludida *transcendência*).

A exigência de que o recurso deve “ultrapassar os interesses subjetivos da causa” (transcendência), não significa que a decisão prolatada em ação individual deverá atingir terceiros, em uma grande extensão dos limites subjetivos da coisa julgada.

É razoável imaginar que *transcendência* significa ou que o recurso deve ser capaz de gerar um precedente (*leading case*), que irá nortear a interpretação e aplicação do direito constitucional em casos futuros, ou que se refere a direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos.

Nesse sentido, há manifestação da doutrina:

A transcendência da controvérsia constitucional levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pode ser caracterizada tanto em uma perspectiva qualitativa como quantitativa. Na primeira, sobreleva para individualização da transcendência o importe da questão debatida para a sistematização e desenvolvimento do direito; na segunda, o número de pessoas susceptíveis de alcance, atual ou

futuro, pela decisão daquela questão pelo Supremo e, bem assim, a natureza do direito posto em causa (notadamente, coletivo ou difuso)³.

E há opinião defendendo que poderá existir repercussão geral mesmo em ações individuais, com questões provavelmente não ocorrerão em outros processos:

Numa perspectiva vertical, cumpre reconhecer que também quando estiver em jogo o direito de uma só pessoa, em situação aparentemente irrepetível, deverá ser reconhecida a repercussão geral, desde que se trate de direito fundamental, aí incluídos, como se sabe, os direitos e garantias individuais e os direitos sociais, com ênfase na tutela do mínimo existencial⁴.

3 MARIONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 37.

4 MARTINS, Samir José Caetano. “A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006)” in Revista Dialética de Direito Processual nº 50, maio de 2007, p. 101.

2. O EXAME DA REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2.1. Do reconhecimento da existência de repercussão geral – tipos, procedimentos

Submete-se um único recurso extraordinário de cada matéria à análise da repercussão geral, em Plenário Virtual ou por Questão de Ordem no Plenário, podendo-se devolver os demais, sujeitos ao mesmo pressuposto, aos Tribunais ou Turmas Recursais de origem, ou sobrestá-los no Supremo Tribunal Federal. Em se tratando de recurso anterior, a possibilidade de devolução fica condicionada ao reconhecimento da presença da repercussão geral da matéria.

Ainda que a matéria do recurso tenha sido considerada de repercussão geral em outro processo ou que decisão na origem seja contrária à jurisprudência dominante no STF, situação em que a lei presume a existência de repercussão geral, não fica a parte dispensada de formular a preliminar formal correspondente, nem deve o tribunal de origem, à falta deste requisito objetivo, dar trânsito ao recurso, presumindo a respectiva presença. Cabe apenas ao STF o exame material da repercussão geral (RE-AgReg 569.476, Relatora a Ministra Ellen Gracie).

Outra questão importante é que não é o recurso ou o acórdão de origem, mas a questão constitucional suscitada que terá ou não repercussão geral.

Ainda que a lei presuma a presença da repercussão geral sempre que a decisão na origem for contrária a entendimento dominante no STF, é conveniente que se submeta, ao colegiado, a análise de repercussão geral e a eventual reafirmação da jurisprudência, evitando-se que decisões monocráticas ou de turma se sucedam indefinidamente sobre os mesmos temas e que ocorram eventuais interpretações divergentes sobre o que configura jurisprudência dominante. Assim, antes da utilização, pelo Relator, da faculdade que decorre do art. 557 do CPC (decisão monocrática), é importante que a matéria seja examinada, quanto à repercussão geral, pelo Plenário, garantindo-se os efeitos objetivos que daí decorrem sobre o novo controle difuso de constitucionalidade, vale dizer, evitando que permaneçam sendo remetidas ao Supremo

Tribunal Federal as mesmas questões constitucionais (RE-QO 479.431, RE-QO 582.650, RE-QO 582.108, Rel. Ministra Ellen Gracie).

2.2. Do plenário virtual

Foi a Emenda nº 21, de 2007 ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF) que trouxe a escolha da via eletrônica para a realização do debate acerca da repercussão geral das questões constitucionais constantes dos recursos extraordinários. O artigo 323 e seguintes do RISTF introduzem procedimento para aferição da repercussão geral que lembra remotamente aquele aplicado pela Suprema Corte dos Estados Unidos ao *writ of certiorari*.

De acordo com o regimento interno do Supremo, artigo 323, a análise preliminar caberá ao relator do recurso, que deverá submeter aos demais ministros, por via eletrônica, sua manifestação sobre a repercussão geral. Embora o emprego de recursos tecnológicos pelo Poder Judiciário seja louvável, merecendo menção às iniciativas legislativas de vanguarda como a Lei nº 11.419, de 2006, e programas desenvolvidos no âmbito do próprio Judiciário, é necessário atentar para as formas modernas de violação dos princípios constitucionais, como parecia ser a deliberação por via eletrônica sem qualquer publicidade às partes.

O sistema, totalmente operado pelos próprios ministros, está localizado na intranet do Supremo Tribunal Federal. Os ministros têm 20 dias para fazer manifestações sobre a existência ou não da repercussão geral em determinado processo.

A ministra Ellen Gracie elogiou a objetividade do sistema virtual, ressaltando que o instrumento permite que todos os ministros tenham, simultaneamente, a oportunidade de examinar os autos, o que dará ainda mais celeridade na análise das matérias. O inteiro teor das manifestações, os votos e as observações sobre os processos ligados à repercussão geral podem ser acessados no *site* do Supremo por meio do *link* "Jurisprudência" - "Repercussão Geral".

O sistema foi criado exatamente para acelerar a Repercussão Geral, que foi sancionada em dezembro de 2006 e regulamentada pelo STF em maio de 2007.

Uma sessão virtual começa a funcionar assim que o relator libera o processo. Cada ministro tem prazo de 20 dias para dar o seu voto. Mais de uma sessão pode funcionar ao mesmo tempo. Pelo computador, cada ministro analisa o voto e dá a sua opinião. É preciso maioria de oito votos para a rejeição de um recurso. Com a Repercussão Geral aprovada e o voto do relator pronto, o processo pode ser pautado para julgamento de mérito no plenário físico do STF.

A abertura do Plenário Virtual era uma reivindicação da OAB. A Comissão Nacional de Legislação da entidade chegou a organizar um grupo de trabalho com o Supremo para debater a Repercussão Geral. A principal queixa dos advogados era que os argumentos dos ministros no debate não eram repassados ao público.

A OAB também queria participar como *amicus curiae* desses casos. A entidade queria que a questão fosse disciplinada pelo STF e que fosse fixado um prazo de sustentação oral. Cada Repercussão Geral aprovada pode significar milhares de processos a menos para os advogados atuarem.

O Supremo Tribunal Federal decidiu, no dia 27 de novembro de 2008, em sessão administrativa, que o Plenário Virtual passaria a ser aberto ao público para julgamentos sobre existência de Repercussão Geral. Dessa forma, os advogados poderiam apresentar seus memoriais ou inscrever-se como *amici curiae*.

Antes dessa decisão administrativa, o sistema exigia uma senha de acesso restrita aos ministros do STF e aos tribunais cadastrados, mas, atualmente, está desbloqueado para consulta pelo site do STF.

2.3. *Quorum* para o reconhecimento da existência da repercussão geral

Considerando-se a composição atual do Supremo Tribunal Federal (onze ministros), são necessários 4 (quatro) votos favoráveis à existência da repercussão

geral para admissão do recurso, se, no âmbito de qualquer das duas turmas este quorum já for atingido, resta desnecessário a remessa do recurso ao plenário, consoante o § 4º também do artigo 543-A do Código de Processo Civil

2.4. Da rejeição da repercussão geral

Na ausência da repercussão geral, o STF, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso (CPC, art. 543-A, *caput*). Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos da causa (CPC, art. 543-A, § 1º).

A decisão que negar a repercussão geral terá, a exemplo do que ocorre com as súmulas editadas pelo STF, efeito vinculante para todos os recursos de matéria idêntica, conforme prevê o artigo 543-A, § 5º, do CPC. Esses recursos serão considerados automaticamente não admitidos.

Impende destacar que, no que atina à negativa da existência da repercussão geral, a rigidez do *quorum* exigido para que ela ocorra justifica-se na importância dos efeitos que dela emanam. Transcreve-se o artigo pertinente:

Art. 543-A. [...]

5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Depreende-se, então, o primeiro efeito da decisão que nega a existência de repercussão geral: a sua extensão a todos os recursos que versem sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente. Sobre este efeito, far-se-á uma análise mais detalhada posteriormente.

O segundo efeito é indireto e consiste numa correção do sistema judicial brasileiro, na medida em que evita que a primeira e a segunda instâncias se transformem em "meras vias de passagem" ⁵.

O fato de o Supremo Tribunal Federal determinar o indeferimento liminar de recursos que não apresentem repercussão geral assegura a autoridade da decisão proferida pelos órgãos hierarquicamente inferiores ao STF.

Desta maneira, a decisão de negativa da repercussão demonstra a excepcionalidade da competência da Corte Suprema e ratifica a competência das instâncias inferiores. Convém trazer as lições Oscar Vilhena Vieira, citado por André Ramos Tavares:

[...] poder-se-ia fortalecer as instâncias inferiores e limitar o acesso ao Supremo Tribunal Federal. Se criássemos uma arguição de relevância, semelhante à que tivemos, ou nos moldes do *writ of certiorari*, da Suprema Corte americana, estaríamos dando aos Ministros do Supremo a possibilidade de controlarem a porta de acesso ao tribunal. Ao reduzir o número de recursos extraordinários e agravos de instrumento, por falta de relevância, estariam implicitamente reafirmando a decisão dos tribunais inferiores, portanto fortalecendo-os. ⁶

2.5. *Quorum* para a rejeição da repercussão geral

De acordo com o § 3º do art. 102 da Constituição Federal, o STF somente poderá *recusar* o conhecimento do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral pela manifestação de dois terços dos seus membros. Portanto, são necessárias manifestações de *oito* ministros para a *recusa* da repercussão geral.

⁵ "Ellen Gracie explicou que o Supremo tem dupla função: a de corte constitucional e a de corte de apelação, quando recebe, pela via do recurso extraordinário, demandas que se iniciaram no primeiro grau. Daí decorre o que ela chamou de deformação do sistema, pois a primeira e segunda instâncias tornaram-se meras "vias de passagem". "Num sistema judicial saudável, as demandas param no primeiro grau de jurisdição", afirmou. Notícia publicada no dia 25.04.2006.

⁶ *Teoria da Justiça Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2005.p.415.

Por essa razão o § 4º do art. 543-A do CPC dispõe que se a Turma decidir pela *existência* da repercussão geral por um mínimo de quatro votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário: ainda que todos os demais sete ministros votem pela inexistência da repercussão geral, não terá sido atingido o número necessário de oito ministros para a recusa do conhecimento do recurso por ausência de repercussão geral.

A recusa do recurso extraordinário em consequência da ausência da repercussão geral, por este *quorum*, procura garantir um certo grau de certeza e de segurança ⁷.

2.6. Irrecorribilidade da decisão de rejeição da repercussão geral

O artigo 543-A dispõe que é irrecorrível o acórdão que não conhece do recurso extraordinário pela ausência de repercussão geral da questão constitucional submetida à sua apreciação.

Ademais, nesse caso, por expressa determinação do § 5º do mesmo artigo 543-A, o julgado terá eficácia futura, para todos os casos idênticos de recursos extraordinários, que deverão ser liminarmente indeferidos.

Atualmente, o Supremo Tribunal Federal já possui em seu *site* uma lista dos temas em que já foi reconhecida a ausência de repercussão geral, possibilitando, assim, o indeferimento liminar dos recursos extraordinários com idêntica controvérsia.

⁷ ALVIM, Arruda. A EC 45 e o instituto da Repercussão Geral. Reforma do Judiciário (obra coletiva). São Paulo: RT, 2005.

3. COMPARATIVOS DA REPERCUSSÃO GERAL

3.1. Repercussão Geral e arguição de relevância – diferenças

Não obstante se considerar que a Repercussão Geral foi inspirada na Arguição de Relevância instituída no antigo sistema processual, no sentido de reintroduzir filtros no sistema processual brasileiro ⁸, é imprescindível observar que os dois institutos não podem ser confundidos ⁹.

A Arguição de Relevância foi criada com o escopo de permitir a interposição do recurso extraordinário nas hipóteses em que o mesmo era vedado pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal ¹⁰, ou seja, “*instituto que visava possibilitar o conhecimento deste ou daquele Recurso Extraordinário a priori incabível, funcionando como um instituto com característica central inclusiva*” ¹¹. O referido instituto, inclusive, chegou a ser comparado ao *writ of certiorari* quando ainda se especulava que aquele seria a solução para se preservar o “*Direito Nacional contra atentados graves por sua repercussão jurídica, moral, social, política ou econômica*” ¹².

No entanto, as expectativas quanto ao sucesso da Arguição de Relevância restaram frustradas haja vista que tal sistema, contemplado pela Emenda Regimental 2/85 do STF, dispunha de nítido caráter administrativo, no qual se criticava a falta de definição, a ausência de fundamentação das decisões, bem como o julgamento discricionário, sem participação das partes ¹³.

Nesse mesmo sentido, considera Evandro Leite que não é justificável,

⁸ MACEDO, Elaine Hazheim. Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário. Revista Direito e Democracia, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005, p.102.

⁹ MARINONI, Luiz Guilherme e Mitidiero, Daniel. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.30.

¹⁰ MACEDO, Elaine Hazheim, *op. cit.*, p.102.

¹¹ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.31.

¹² LEITE, Evandro Gueiros. A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1987, V.615, p.10 *Apud* MACEDO, Elaine Hazheim. Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário. Revista Direito e Democracia, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005, p.102.

¹³ MACEDO, Elaine Hazheim, *op. cit.*, p.103.

*“por mais alto que seja o grau de subjetividade do julgamento, a dispensa de motivação das decisões da Corte nas arguições de relevância (RISTF, art. 96), o que infirma a garantia do litigante de saber por que foi repelido”*¹⁴.

Entretanto o instituto da Arguição de Relevância e o da Repercussão Geral não podem ser considerados análogos ou similares.

Em que pesem os objetivos remotos de unificação jurisprudencial nacional serem similares, a Repercussão Geral retrata, também, a necessidade de se evitar provimentos judiciais idênticos sobre a mesma questão constitucional, provendo, assim, uma maior racionalização judicial. Essas tônicas de eficiência, economia e celeridade processual são indicativas dos anseios da Reforma do Judiciário, proposta pela Emenda Constitucional 45/2004.

Além disso, a Repercussão Geral *“visa excluir do conhecimento do Supremo Tribunal Federal controvérsias que assim não o caracterizem”*¹⁵, uma vez que o *quorum* qualificado é para considerar que a questão não tem Repercussão Geral¹⁶, ao contrário da característica central inclusiva da arguição de relevância, que pretendia possibilitar o conhecimento do recurso extraordinário¹⁷.

Quanto à finalidade, a Arguição de Relevância se prestava a debater matérias de Recurso Especial absorvidas, na época, pelo Recurso Extraordinário¹⁸, sendo aquelas, hoje, de competência do Superior Tribunal de Justiça. A Repercussão Geral, por outro lado, está afeta tão-somente à relevância da controvérsia constitucional, quando observada a transcendência dos interesses subjetivos¹⁹. Dessa forma, para este instituto, não há análise de relevância quanto à questão federal.

Por fim, quanto ao formalismo processual, a Repercussão Geral é

¹⁴ LEITE, Evandro Gueiros, *op. cit.*, p. 15 *Apud* MACEDO, Elaine Hazheim, *op. cit.*, p. 102.

¹⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial. 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p.192.

¹⁶ DIDIER JÚNIOR, Fredie e CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Vol. 3. 3.ed. Salvador: JusPodivm, 2007, p.268.

¹⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.31.

¹⁸ MACEDO, Elaine Hazheim. Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário. Revista Direito e Democracia, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005, p.104.

¹⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel, *op. cit.*, p.31.

apreciada em sessão pública, sendo obrigatório o julgamento motivado, previsão contida no artigo 93, IX, da Constituição Federal, contrariamente à sessão secreta e com dispensa de motivação prevista pela Arguição de Relevância. A exigência de *quórum* qualificado para deliberação e a irrecorribilidade sobre a decisão de existência ou não de Repercussão Geral também são diferenciais deste último instituto ²⁰.

3.2. Repercussão Geral e *petition for writ of certiorari* – semelhanças

O *writ of certiorari*, petição escrita pela parte a fim de demonstrar importantes e especiais razões para que seu caso seja revisado pela Suprema Corte, confere ao Tribunal Máximo Americano, desde 1891– com o *Judiciary Act*, editado pelo Congresso – poder discricionário para entender que causas devem ou não se processar naquele Tribunal.

O pressuposto da repercussão geral assemelha-se ao *writ of certiorari* do direito norte-americano. Tendo em vista tratar-se de uma opção política do constituinte derivado, no sentido de limitar a atividade jurisdicional da Suprema Corte, reservando-a aos casos de repercussão geral ²¹.

O Regimento Interno da Suprema Corte Norte-Americana estabelece que “*a revisão com base no writ of certiorari não é matéria de direito, mas de discricionariedade judicial. Uma petição pleiteando o writ of certiorari será deferida somente por razões extremamente relevantes*”²².

Apesar de não controlar ou limitar a discricionariedade da Corte, as seguintes regras indicam as razões que serão levadas em consideração na apreciação do *writ of certiorari*, isto é, quando:

²⁰ DIDIER JÚNIOR, Fredie e CUNHA, Leonardo José Carneiro da, *op. cit.*, p.270.

²¹ Para aprofundamento do tema, inclusive com esquemas que facilitam a compreensão, ver: ANDRADE, Fábio Martins de. Reforma do Poder Judiciário: Aspectos gerais, o sistema de controle de constitucionalidade das leis e a regulamentação da súmula vinculante. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 43, nº, 171, jul/set 2006, p. 177-197.

²² Tradução livre de: “*Review on a writ of certiorari is not a matter of right, but of judicial discretion. A petition for a writ of certiorari will be granted only by compelling reasons*”.

a) a decisão de uma Corte de Apelação conflitar com a decisão de outra sobre a mesma matéria de igual importância; a decisão sobre uma questão federal relevante conflitar com outra de uma Corte estadual em último recurso; ou quando for proveniente do curso natural dos procedimentos judiciais, ou ainda, de um tribunal inferior, que requeira o exercício do poder de supervisão da Suprema Corte; b) um tribunal estadual decidir em última instância uma questão federal importante que conflite com a decisão de um outro tribunal estadual, ou ainda, de uma Corte de Apelação dos Estados Unidos; c) um tribunal estadual ou uma Corte de Apelação dos Estados Unidos decidir uma questão de direito federal importante que ainda não foi pacificada, embora já devesse ter sido, pela Suprema Corte, ou ainda, decidir uma questão federal importante de modo a conflitar com decisões relevantes da Suprema Corte.²³

²³ Ao final da Regra 10, o Regimento estabelece que: “*A petition for a writ of certiorari is rarely granted when the asserted error consists of erroneous factual findings or the misapplication of a properly stated rule of law*”.

4. ASPECTOS PROCESSUAIS DA REPERCUSSÃO GERAL

4.1. Termo inicial da exigência da repercussão geral no recurso extraordinário (QO no AI 664567-2, RS do STF)

O Supremo Tribunal Federal decidiu na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567, RS, que a demonstração da existência de repercussão geral somente será exigida quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007.

Aparentemente o STF não está vinculado aos argumentos expostos pelo recorrente para demonstrar a existência de repercussão geral. Porém, o artigo 543-A do CPC, em seu § 2º, determina não só que o recorrente demonstre que o recurso extraordinário oferece repercussão geral, como exige que isso seja efetuado *em preliminar de recurso*.

4.2. Sobrestamento dos recursos extraordinários nos tribunais de origem

Quando o Supremo Tribunal Federal decide pela existência de repercussão geral em um tema controvertido, os demais recursos extraordinários com controvérsia idêntica ou semelhante deverão ser sobrestados no tribunal *a quo*, aguardando o julgamento daquele em que já está sendo examinado pela Suprema Corte.

Outra hipótese de sobrestamento do recurso extraordinário pelos tribunais de origem ocorre quando por eles é verificada a multiplicidade de recursos repetitivos.

A multiplicidade de recursos com controvérsias idênticas foi disciplinada no artigo 543-B do Código de Processo Civil.

Foi conferido expressamente ao tribunal inferior o poder de, na hipótese de verificar a existência multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, escolher os mais representativos, remetendo-os ao Supremo Tribunal Federal, e sobrestar o processamento dos demais (CPC, art. 543-B, § 1º). Trata-se dos chamados “processos repetidos”, nos quais verifica-se a existência dos “conflitos em massa”, para os quais são inúmeros processos versando sobre questão idêntica ou muito similar.

A lei não estabeleceu qualquer regra ou baliza para a escolha dos recursos que serão considerados “mais representativos”, razão pela qual a decisão ficará a critério do tribunal inferior. A lei também não estabeleceu qualquer possibilidade de recurso contra o mérito dessa escolha.

4.3. Admissibilidade pelo tribunal *a quo* .

A apreciação quanto à existência ou não da repercussão geral é de competência exclusiva do STF. Caberá ao tribunal *a quo* verificar apenas os demais pressupostos concernentes ao recurso extraordinário, quais sejam, tempestividade, preparo, motivação, adequação, prequestionamento e a demonstração da preliminar de repercussão geral.

Nos casos em que o recurso extraordinário deve ficar sobrestado no tribunal *a quo*, alguns magistrados entendem que não pode ser feito nenhum tipo de juízo de admissibilidade no aludido recurso, pois o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu artigo 328-A, prevê que:

Art. 328-A. Nos casos previstos no art. 543-B, *caput*, do Código de Processo Civil, o Tribunal de origem não emitirá juízo de admissibilidade sobre os recursos extraordinários já sobrestados, nem sobre os que venham a ser interpostos, até que o Supremo Tribunal Federal decida os que tenham sido selecionados nos termos do § 1º daquele artigo.

Entretanto, nem todos os tribunais seguem essa regra à risca, examinando, antes do sobrestamento do recurso extraordinário, os pressupostos extrínsecos de admissibilidade (tempestividade, preparo, demonstração da preliminar de repercussão geral).

No que tange à formalidade da arguição da repercussão geral, deve ser demonstrada, em tópico próprio, em preliminar de recurso.

Contudo, se o recurso for interposto sem o tópico próprio para arguição, mas presentes e supridos os requisitos para a admissão da repercussão geral, o recurso cumprirá sua finalidade legal e será admitido ou sobrestado, conforme o artigo 154 do Código de Processo Civil, que dispõe:

Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos, os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

Há também manifestação da doutrina afirmando que a exigência deve ser relevada:

Sustentar que a ausência de preliminar recursal demonstrando a repercussão geral deve gerar o não-conhecimento de recurso parece não se coadunar com o perfil de ‘processo objetivo’ conferido à repercussão geral, privilegiando-se o formalismo em detrimento da pronta solução de questões de grande importância para o povo brasileiro.²⁴

Contudo, o art. 327 do RISTF, com redação dada pela Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007, é expresso no sentido de que a Presidência deverá recusar o recurso que não apresentar preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como idêntica competência caberá ao Relator, se a Presidência não recusar liminarmente o recurso.

²⁴ MARTINS, Samir José Caetano. “A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006)” in Revista Dialética de Direito Processual nº 50, maio de 2007, p. 102.

Art. 327. A Presidência do Tribunal recusará recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria carecer de repercussão geral, segundo precedente do Tribunal, salvo se a tese tiver sido revista ou estiver em procedimento de revisão.

§ 1º Igual competência exercerá o(a) Relator(a) sorteado(a), quando o recurso não tiver sido liminarmente recusado pela Presidência.

O fundamento legal dessa disposição regimental é o art. 3º da Lei nº 11.418/2006, que dispõe no seguinte sentido:

“Caberá ao Supremo Tribunal Federal, em seu Regimento Interno, estabelecer as normas necessárias à execução desta Lei”.

O art. 327 do RISTF é expresso o suficiente para que possamos antever que são muito remotas as possibilidades de serem aceitos recursos extraordinários sem a demonstração exigida *em preliminar de recurso*, mesmo se versarem sobre questões cuja repercussão geral já houver sido reconhecida pelo STF.

Portanto, o Presidente do tribunal *a quo* poderá negar seguimento ao recurso extraordinário que não apresentar a demonstração formal da repercussão geral (requisito *extrínseco* do recurso) em razão do que prevê o inciso II do art. 541 e o § 1º do art. 542, ambos do Código de Processo Civil:

Art. 541. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão

II - a demonstração do cabimento do recurso interposto;

Art. 542. Recebida a petição pela secretaria do tribunal, será intimado o recorrido, abrindo-se-lhe vista, para apresentar contra-razões.

§ 1º Findo esse prazo, serão os autos conclusos para admissão ou não do recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, em decisão fundamentada.

Quanto aos casos em que o recurso extraordinário for interposto contra decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do STF, a demonstração formal da repercussão geral também deve ser cumprida.

O § 3º do art. 543-A do CPC estabelece de forma cabal que, nesse caso, existe repercussão geral, mas não tem regra explícita para dispensar a apresentação da demonstração. Tampouco o RISTF tem regra nesse sentido. Assim, salvo se a jurisprudência do STF se pacificar no sentido de dispensar a apresentação da preliminar nesse caso, é altamente recomendável que o advogado demonstre, em preliminar, que há súmula ou jurisprudência dominante do STF, bem como que o acórdão do tribunal inferior está em sentido contrário.

Finalmente, conforme dispõe o § 2º do 543-A do Código de Processo Civil, a competência para examinar se o *thema decidendum* oferece repercussão geral é exclusiva do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser realizada pelo tribunal *a quo*.

O aludido artigo dispõe que:

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

4.4. Admissibilidade da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal

Compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal apreciar o requisito da relevância da questão a teor do §2º do artigo 543-A do Código de Processo Civil.

Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo

§ 2º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.

Neste sentido também é o ensinamento do Ilustre Doutrinador Luiz Manoel Gomes Junior, *in* Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil; Porto Alegre: Síntese, v. 6, n. 34, mar./abr., 2005, p. 154).

Assim, o exame a respeito da existência ou não da repercussão geral, deve ser feito pelo Supremo Tribunal Federal através de qualquer uma de suas turmas ou pelo seu plenário, a depender do *quorum* para julgamento.

4.5. Aplicação da repercussão geral prevista no Código de Processo Civil aos recursos extraordinários em geral

A negativa da existência da repercussão geral impõe a todos os recursos extraordinários a mesma consequência, qual seja, o não acolhimento, inclusive daqueles sobrestados, bem como de eventuais agravos interpostos (CPC, art. 543-B, §2º), e caberá ao tribunal de origem notificar as partes. É dessa forma, isto é, pelo sumário trancamento de todos os recursos de igual conteúdo, que se cumprirá o objetivo pretendido pela instituição do mecanismo processual da repercussão geral.

Nos casos de existência da repercussão geral, será julgado o mérito do recurso e os sobrestados serão apreciados pelos Tribunais Recorridos, Turmas Recursais ou Turmas de Uniformização.

Se o acórdão de origem estiver em conformidade com a decisão que vier a ser proferida, consideram-se prejudicados os recursos extraordinários, anteriores e posteriores (CPC, art. 543-B, §3º). Já, se o acórdão de origem contrariar a decisão do Supremo Tribunal Federal, encaminha-se o recurso extraordinário ao relator do aludido acórdão, para retratação (CPC, art. 543-B, §3º).

Quanto aos agravos de instrumento interpostos das decisões que não admitiram os recursos extraordinários, já sujeitos ao requisito legal da repercussão geral, eles podem ser sobrestados quando relativos aos assuntos já encaminhados à decisão sobre repercussão geral (RISTF, art. 328-A, § 1º).

Decidida a questão da repercussão geral no Plenário Virtual, surgem as seguintes possibilidades:

a) negada a repercussão geral, os agravos ficam prejudicados, assim como acontece com os recursos extraordinários;

b) admitida a repercussão geral, os agravos ficam sobrestados, até o julgamento do mérito do *leading case*, surgindo, então as seguintes hipóteses:

b.1) se a decisão do STF, no julgamento do mérito do *leading case*, seguir a mesma orientação dos acórdãos recorridos, ficam prejudicados os agravos (§3º do art. 543-B do CPC);

b.2) se a decisão do STF, no julgamento do mérito do *leading case*, seguir em sentido diverso dos acórdãos recorridos, abrem-se outras duas possibilidades:

b.2.1) se não se verificar hipótese de retratação da própria decisão de inadmissibilidade do RE, proferida no agravo (RISTF, art. 328-A, § 1º), este deve ser remetido ao STF, já que a eventual possibilidade de retratação do acórdão recorrido, pressupõe a admissibilidade do RE;

b.2.2) se for exercido o juízo de retratação nos agravos (admitindo-se o RE), abre-se a possibilidade da retratação do próprio acórdão recorrido (CPC, art. 543-b, §3º).

4.6. Admissibilidade dos recursos extraordinários anteriores a 03 de maio de 2007

Os recursos extraordinários anteriores não devem ter seu seguimento denegado por ausência da preliminar formal de repercussão geral.

Há possibilidade de sobrestamento, retratação e inadmissibilidade na origem, de recursos interpostos de acórdãos publicados antes de 3 de maio de 2007, se a matéria tiver repercussão geral.

Apreciada e reconhecida, pelo Supremo Tribunal Federal, a relevância de determinada controvérsia constitucional, aplicam-se igualmente aos recursos extraordinários anteriores à sistemática da repercussão geral os mecanismos previstos nos parágrafos 1º e 3º do artigo 543-B, do Código de Processo Civil (sobrestamento, retratação, reconhecimento de prejuízo). Expressa ressalva quanto à inaplicabilidade, nessa hipótese, do teor do parágrafo 2º desse mesmo artigo, que trata da negativa de processamento fundada em ausência de repercussão geral.

No julgamento da Questão de Ordem no AI 715.423, Relator o Ministro Gilmar Mendes, o STF autorizou os tribunais, turmas recursais e turmas de uniformização a adotarem, quanto aos recursos extraordinários interpostos de acórdãos publicados anteriormente a 03.05.2007 e aos seus respectivos agravos de instrumento, os mecanismos de sobrestamento, retratação e declaração de prejuízo, previstos no artigo 543-B, do Código de Processo Civil.

Os Recursos Extraordinários já distribuídos, interpostos de acórdãos publicados antes de 03 de maio de 2007, poderão ser devolvidos para sobrestamento, retratação ou reconhecimento de prejuízo na origem, desde que a questão constitucional neles suscitadas tenha repercussão geral reconhecida (RE-QO 540.410, Relator o Ministro César Peluso).

CONCLUSÃO

Atualmente existem 106.623 processos tramitando no Supremo Tribunal Federal. São quase 9.700 processos por ministro. A maior parte dos processos se refere a recursos ajuizados contra decisões de instâncias inferiores, tais como os Agravos de Instrumento, que somam 53.013 casos, e os Recursos Extraordinários, que representam 40.282 processos.

Mesmo liderando a estatística de processos em tramitação, esses recursos tiveram significativa redução, depois da implantação do mecanismo da Repercussão Geral, um filtro para que o Supremo julgue apenas casos de interesse da sociedade como um todo, e não somente das partes envolvidas.

Um balanço divulgado pelo STF em abril identificou a redução de 40,9% dos processos distribuídos na Corte durante o primeiro ano de gestão do ministro Gilmar Mendes na Presidência do STF. Foram 31 mil recursos extraordinários dispensados de apreciação pela Suprema Corte. Essa diminuição, atribuída à Repercussão Geral, deve desafogar gradativamente os gabinetes dos ministros com relação aos REs e AIs que, em 2008, representaram 89% do total de processos em curso no tribunal.

Na realidade, esta principal vantagem já existia na versão antiga da arguição de relevância e permanece nesta nova “roupagem”: a possibilidade de escolha pelos membros integrantes do STF das questões que consideram importantes e que devem ser submetidas a julgamento, a exemplo do que ocorre na sistemática norte-americana do *writ of certiorari*.

Com efeito, a função primordial que este instituto potencialmente desempenhará refere-se a sua capacidade de filtrar as principais questões que deverão ser apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal, selecionadas pelos seus próprios membros. Com isso, a Suprema Corte poderá livrar-se da exacerbada carga de julgar milhares de casos (muitos dos quais de menor ou pouca importância) e dedicar-se à solução das principais questões que efetivamente afligem ao meio social.

Afinal, há um desejo generalizado de que a Suprema Corte se ocupe primordialmente de julgamentos mais importantes para a condução do destino do país, especialmente na fase atual de turbulências e flutuações na vida política, econômica, social e jurídica. Espera-se que este instituto introduzido no ordenamento processual constitucional brasileiro seja utilizado com sabedoria e bom senso.

A repercussão geral foi concebida em termos razoáveis e tende a produzir bons resultados na consecução dos objetivos perseguidos. Sua maior e melhor eficiência, no entanto, far-se-á notar com o passar do tempo, à medida que o exercício dessa inovação venha a tornar mais definidas e transparentes as posições do STF nas soluções dos casos concretos de repercussão geral.

Portanto, ainda há que se formar critérios que estabeleçam, perante a sociedade, os limites deste novo instituto.

O instituto da repercussão geral, criado pela EC nº 45 e agora regulamentado pela Lei 11.418, de 2006 tem, como se viu, o claro propósito de diminuir a avalanche de recursos extraordinários que diariamente aportam no Supremo Tribunal Federal, anelando, com isso, tornar mais racional a atividade judicante perante a Suprema Corte Brasileira.

Com a regulamentação ora efetivada, busca-se acentuar a tarefa do STF de decidir questões de impacto para os interesses da nação, retirando da pauta de apreciação dessa corte a análise de controvérsias que, conquanto importantes e relevantes para as partes litigantes, não apresentem relevância *extra muros*.

Se o novo requisito de admissibilidade cumprirá seu desiderato, apenas a atividade cotidiana da corte suprema haverá de demonstrar, bem como incumbirá ao Pretório Excelso efetivamente construir – de forma o mais objetiva possível – o conceito de repercussão geral.

Aos profissionais do direito e à sociedade resta torcer para que esta mudança contribua para o alcance da meta maior de uma Justiça célere e efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Arruda. **A EC n.º 45 e o instituto da repercussão geral**. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.) et al. *Reforma do Judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a Emenda Constitucional n.º 45/2004*. Brasília: Revista dos Tribunais, 2005.

ANDRADE, Fábio Martins de. **Reforma do Poder Judiciário: Aspectos gerais, o sistema de controle de constitucionalidade das leis e a regulamentação da súmula vinculante**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 43, nº, 171, jul/set 2006, p. 177-197.

BAPTISTA, N. Doreste. **Da argüição de relevância no recurso extraordinário**. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **A redação da Emenda Constitucional n. 45 (reforma da justiça)**. Revista Forense, v. 378, 2005.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **A Repercussão Geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário**. RT, São Paulo, v.848, p. 60-65, junho 2006.

DIDIER JR., Fredie. **Direito Processual Civil: meio de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. Salvador: JusPODIVM, 2007.

DINAMARCO, Candido Rangel. **O Processo Civil na Reforma Constitucional do Poder Judiciário**, p. 7.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. **A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário**. Revista Forense, v. 378, p. 73-85, março-abril 2005.

HERTEL, Daniel Roberto. **Aspectos Processuais da Emenda Constitucional nº45**. Revista Forense, v. 385, p. 73-85, maio-junho 2006.

LAMY, Eduardo de Avelar. **Repercussão geral no recurso extraordinário: a volta da argüição de relevância?**, Reforma do Judiciário (obra coletiva), São Paulo, Ed. RT, 2005.

MACEDO, Elaine Hazheim. **Repercussão Geral das Questões Constitucionais: nova técnica de filtragem do recurso extraordinário**. Revista Direito e Democracia, v.6, n.1, Canoas, Editora Ulbra, 2005.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 9.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARTINS, Samir José Caetano. **A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006)**. Revista Dialética de Direito Processual nº 50, maio de 2007.

SANCHES, Sydney. **Arguição de relevância da questão federal**. O Estado de S. Paulo, 31-10-1987.

SARTÓRIO, Elvio Ferreira e Jorge, Flávio Cheim. **O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral**. Reforma do Judiciário (obra coletiva), Reforma do Judiciário (obra coletiva), São Paulo, Ed. RT, 2005.

THEODORO JR, Humberto. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418) e Súmula Vinculante Do Superior Tribunal Federal (Lei nº 11.417)**. Revista IOB de Processo Civil, v.8, n 48, p. 100-127, jul-ago 2007.

Tradução livre de: *“Review on a writ of certiorari is not a matter of right, but of judicial discretion. A petition for a writ of certiorari will be granted only by compelling reasons”*.